

Violência contra as mulheres: denúncias vêm das mais jovens

Central que orienta as vítimas detecta que principais usuárias têm entre 20 e 29 anos e cursaram apenas o ensino fundamental

A violência contra as mulheres atinge todas as camadas sociais, mas uma faixa dessas vítimas já pôde ser identificada com precisão. O 180, telefone que recebe denúncias e orienta as vítimas sobre os atendimentos disponíveis, registrou que as principais usuárias têm idade entre 20 e 29 anos e cursaram apenas o ensino fundamental.

De acordo com o levantamento, 82,67% dos usuários são mulheres e 9,68%, homens. A denúncia, seguida de orientação, é o primeiro passo para tentar acabar com esse tipo de violência, que anualmente vitima cerca de 2 milhões de mulheres no Brasil.



Agressão contra a mulher: primeiro passo é denunciar

Mais orientação

Para a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, os dados indicam que

são as mulheres mais jovens, menos instruídas e de menor poder aquisitivo que têm recorrido à Central de Atendimento à Mulher pelo 180. "São justamente aquelas que precisam de mais orientação, porque não têm onde buscar

ajuda a não ser pelo poder público", avaliou a ministra.

No caso de homens que procuram o serviço as principais dúvidas são, por exemplo, sobre guarda de filhos ou como podem orientar parentes ou amigas vítimas de violência doméstica.

De acordo com a ministra, houve um único registro de caso de agressão contra homem. "O relato dele era que ele bebia e a mulher o agredia quando chegava em casa bêbado", contou.

O serviço, gratuito, começou a funcionar em novembro de 2005 e agora atende todos os dias da semana durante 24 horas.

Até o último dia 11, a central recebeu atendeu 17.991 ligações, que geraram 20.759 orientações e encaminhamentos para casas de abrigo ou serviços de saúde, por exemplo.

Serviços de atendimento

Delegacias de Defesa da Mulher
Santo André
 4994-7653
São Bernardo
 4368-9980
Mauá
 4514-1595
Diadema
 4048-1904
 (todas atendem das 9h às 18h nos dias úteis)

Assistência psicológica e social

Casa Beth Lobo
 Diadema
 4056-3322 e 4057-7727
Centro Vem Maria
 Santo André
 4992-2936
Programa da Mulher
 Mauá
 4555-1999 - ramal 218
Centro de Atenção à Mulher SBC
 4335-3214 - 4177-3858
Atendimento a Situação de Violência
 Ribeirão Pires
 4828-3000

Violência sexual e aborto legal
Hospital Ipiranga
 215-7799, ramal 1800
 24 horas, somente nos dias úteis
Hospital São Paulo
 5584-9997 - 24 horas, todos os dias
Hospital Pérola Byington
 3242-3433, todos os dias
Hospital Prof. Mário Degni
 3768-4900, 24 horas, todos os dias

da ou destruição de documentos, bens pessoais e instrumentos de trabalho.

O texto prevê ainda ações integradas dos órgãos públicos e não-governamentais para a prevenção da violência contra a mulher. Entre elas constam a promoção de estudos e pesquisas sobre gênero e raça/etnia em relação às causas, consequências e frequência desse tipo de ocorrência.

Por determinação do juiz, a mulher vítima de violência doméstica contará com estabilidade de seis meses por motivo de afastamento do emprego e, se servidora pública, terá acesso prioritário à transferência do local de trabalho.



Ele também poderá suspender ou restringir o porte e a posse de armas do praticante da violência, determinar seu afastamento do domicílio ou local de convivência com a vítima e proibir condutas de aproximação e comunicação.

Outras violências

O conceito de agressão contra a mulher, normalmente restrito à violência física ou sexual, foi ampliado para incluir outros tipos de violência, como a moral e a patrimonial, quando houver per-

Maus-tratos começam em casa

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. A violência responde por aproximadamente 7% das mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo.

Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada. No caso dos crimes passionais, a autoria quase sempre também é predominantemente masculina.

No Brasil, segundo a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), relatora da Comissão de Seguridade Social e Família, cerca de 2 milhões de mulheres são espancadas por ano, o que equivale a uma a cada 15 segundos. Mas ela lembra que esse número pode ser bem maior, pois a maioria dos casos de espancamentos não consta das estatísticas.

Aprovado projeto que dá garantias à mulher vitimada

A Câmara dos Deputados aprovou mês passado projeto de lei 4559/04, do Poder Executivo, que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher e estabelece medidas para a prevenção, assistência e proteção a mulheres em situação de violência.

O projeto autoriza a União e os estados a criarem juizados de violência doméstica contra mulheres, com competência cível e criminal. O texto segue agora para o Senado.

Entre as medidas de proteção que o juiz poderá adotar com urgência está o encaminhamento da mulher em situação de violência e de seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção. Outra, é a recondução da mulher ao seu domicílio após o afastamento do acusado.

Tribuna
 Cidadania

Redação: Rua João Basso, 231 - Centro - São Bernardo - CEP: 09721-100 - Fone: 4128-4200 - Fax: 4127-3244 - www.smbc.org.br - imprensa@smbc.org.br - Regional Diadema: Av. Encarnação, 290 Pirapórinha. Telefone 4066-6468 - CEP 09960-010 - Regional Santo André: Rua Senador Fláquer, 813 - Centro. Telefone 4990-3052 - CEP 09010-160 - Diretor Responsável: Sergio Nobre - Repórteres - Carlos Alberto Balista, Gonzaga do Monte, Maria Angélica Ferrasoli (colaboradora) e Sílvia Berengari - Repórter Fotográfica: Raquel Camargo - Arte e Edição Eletrônica: Eric Galeta - CTP e Impressão: Simetal ABC - Gráfica e Editora - Fone: 4341-5810

Suplemento especial
 da Tribuna Metalúrgica
 Edição nº 3 - Segunda
 quinzena de abril - 2006

Tribuna

Cidadania



1º de Maio - 120 anos

CIDADANIA É O SENTIDO DA LUTA



Incorporar as reivindicações e a luta de todos os segmentos sociais por igualdade e inclusão fazem parte dos desafios do 1º de Maio. *Página 3*

Você é a figura principal de nosso ato

Amanhã

O Sindicato preparou uma extensa programação para comemorar o 1º de Maio. Você e seus familiares são convidados especiais para passar um fim de semana diferente, curtir cultura, boa música e reafirmar seu compromisso com a luta por um mundo melhor. Confira a programação e participe!

- Premiação do concurso de redação e desenho - a partir das 15h
- Filme - A Internacional - às 16h30
- Homenagens e ato político - a partir das 17h



- Show com Renatinho da Viola, às 18h

Domingo, dia 30

- Mini-maratona dos trabalhadores, com saída às 8h30 da Regional Diadema para a Sede do Sindicato.
- Exposição e venda de artesanato e artes plásticas, barracas de comidas típicas, livros, camisetas e botons.



- Show com Marcinho do Cavaco e Banda, às 16h

Segunda, dia 1º

- Missa do Trabalhador na Igreja Matriz de São Bernardo, às 9h
- Ato da CUT na Av. Paulista, às 13h. Shows com Calypso, Banda Eva e Jamil, Edson e Hudson, Capital Inicial, Zezé de Camargo e Luciano, KLB, Daniel, Inimigos da HP, Rick e Renner e outros.

Participe da convenção da OEA contra a intolerância

Por sugestão brasileira, página da internet recebe sugestões da sociedade civil até o final de maio

A Organização dos Estados Americanos (OEA) abriu uma página na internet para receber sugestões e comentários relacionados com a elaboração da futura Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância.

A página quer incentivar as entidades não-governamentais, institutos de pesquisa, universidades e a sociedade civil a participarem da preparação da nova Convenção.

Em novembro passado realizou-se na sede da OEA sessão especial reunindo especialistas das Nações Unidas, meio acadêmico, ONGs e representantes de diversos países. O encontro destacou a importância que deve ser dedicada à participação ativa da sociedade civil no processo de reflexão sobre a futura Convenção Interamericana contra o Racismo e a

Intolerância.

Assim, o Grupo de Trabalho decidiu instituir um mecanismo informal de consulta à sociedade civil. A página da internet estará aberta para receber opiniões, consultas e con-

tribuições até 30 de maio.

O texto definitivo da Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância será aprovado por representantes dos países mem-

bros da OEA em sessão da Assembleia Geral. Para participar desse processo mundial de elaboração e reflexão acesse a página na internet www.oas.org/racismo/Racism2006_por.asp

Ensino da cultura afro não chegou nas escolas

Sancionada pelo presidente Lula em janeiro de 2003, a lei que estabelece o ensino das culturas africana e afro-brasileira nas escolas ainda não se tornou realidade nas salas de aula do Brasil.

Diante desta constatação, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) têm tomado iniciativas e estimulado a criação de projetos para incentivar a aplicação da lei.

Uma delas é o concurso que pretende premiar projetos de material didático-pedagógico voltado ao reconhecimento e à valorização da história e identidade dessas culturas. É uma iniciativa do MEC em parceria com a Unesco e compreende as categorias livros, vídeos, e jogos e brinquedos para os vários níveis de educação.

O prazo para inscrição dos trabalhos vai até 21 de junho, e poderão participar



Diversidade: nova ótica para ensinar a história brasileira

brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. O prêmio para o primeiro lugar de cada modalidade será de R\$ 20 mil. Mais informações podem ser obtidas junto à portal da Unesco na internet, no www.unesco.org.br/areas/educacao

Iniciativas

Esta é a segunda iniciativa recente adotada com o objetivo de agilizar a aplicação da lei do ensino afro. Em março passado, a Seppir promoveu curso de capacitação

para o ensino das culturas africana e afro-brasileira nas escolas, dentro do projeto A Cor da Cultura, desenvolvido em parceria com empresas e a sociedade civil. Os cursos atingiram dois mil professores do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia.

Durante a capacitação, os docentes aprenderam a trabalhar com o material educativo preparado especialmente para o projeto, o que inclui programas de televisão, jogos e livros. Estes profes-

sores agora deverão atuar como multiplicadores; ou seja, vão repassar os ensinamentos aos colegas em suas escolas.

A idéia, segundo a Seppir, não é inserir uma nova disciplina na grade curricular de ensino, mas sim colocar elementos dessas culturas e da formação do povo brasileiro nas disciplinas já existentes.

Palestras

O ensino afro nas escolas é também uma preocupação da Comissão de Combate do Racismo dos Metalúrgicos.

Nas visitas que Ana Nice Martins, coordenadora da Comissão, tem feito às fábricas, ela destaca a importância da medida para proporcionar às crianças negras a afirmação de sua identidade, além de impedir que as não-negras formem imagem estereotipada da história do Brasil, normalmente contada a partir do ponto de vista dos brancos.

Auto-estima e família

O Instituto Amma Psique e Negritude destaca a saúde mental e as relações afetivas na sua programação de palestras do Ciclo Formativo: Família, Educação e Auto-estima, em São Paulo (SP), até julho.

Realizadas das 19h às 22h30, as palestras contarão com psicanalistas, psicólogos e intelectuais.

Eles abordam temas referentes aos sentimentos provocados pelo racismo, o papel da família na formação da auto-estima da criança negra, corpo e expressão, relações inter-raciais, o trabalho de educadores para despertar o pertencimento racial e a influência da cultura na formação da identidade e auto-estima afro-brasileira.

Informações e inscrições pelo telefone 3675-6029.

Bolsas de estudo

A Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas anunciaram a seleção Brasil 2006 do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (International Fellowships Program - IFP).

Trata-se de programa de ação afirmativa que oferece 40 bolsas de mestrado (por até 24 meses) e de doutorado (por até 36 meses) para cursos no Brasil e no Exterior.

Entre as exigências para a inscrição estão pertencer a um ou mais grupos com acesso restrito ao ensino superior.

No Brasil, além de estar atento à igualdade de gênero, o programa destina-se prioritariamente a pessoas negras ou indígenas, ou originárias das regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste ou, ainda, provenientes de famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas e educacionais.

Mais informações sobre como se inscrever e processo de seleção podem ser obtidas na pelo www.programabolsa.org.br

Cidadania: a luta é universal

O 1º de Maio também incorpora reivindicações de todos os segmentos sociais

Em todo ato de 1º de Maio, as bandeiras tremulam com as mais diversas palavras de ordem e reivindicações. A defesa e a expansão dos direitos dos trabalhadores dão o tom nos discursos.

No entanto, a incorporação dos valores da cidadania e humanos vão ganhando cada vez mais destaque na luta dos trabalhadores. "A luta expressa no 1º de Maio não deve ser restrita a bandeiras dos trabalhadores. Ela deve expressar também os anseios da sociedade", considera o presidente do Sindicato José Lopez Feijóo.

Desde os seus primórdios, como uma organização majoritariamente masculina e com forte ênfase na defesa de melhores salários, o movimento sindical evoluiu, incorporando recortes de gênero, etnia, juventude e pessoas com deficiência.

De um conjunto restrito a reivindicações trabalhistas, a pauta hoje apresenta um conjunto de direitos civis (dos quais constam o direito ao tra-



O 1º de Maio deve contemplar a luta de mulheres, negros, jovens e pessoas com deficiência

balho protegido), os direitos políticos (que trata do direito da sociedade se organizar) e os direitos sociais (que permitem a redução das desigualdades). É desse tripé que nasce a cidadania.

"Do ponto de vista prático, o local de trabalho deve refletir a diversidade da sociedade. Então, uma de nossas preocupações é incluir essa diversidade no local de trabalho, lutando por igualdade de oportunidades para a mulher, negros, pessoas com deficiên-

cia e jovens", assinala Feijóo. Nos últimos anos as pautas de reivindicações de nossas campanhas salariais, cita Feijóo, apresentam pontos como contratação por diversidade étnica, por cotas de pessoas jovens sem nenhuma experiência profissional, de pessoas com mais de 40 anos de idade e de pessoas com deficiência.

Para as pessoas que trabalham, o presidente do Sindicato lembra de outras reivindicações de cunho social como subvenção escolar, res-

ponsabilidade civil e criminal das empresas nos casos de assédio moral e sexual e código de conduta e responsabilidade social, com total respeito às legislações trabalhistas e sociais.

"Acredito que temos de levantar muitas outras reivindicações. O importante é fazer isso reafirmando o sentido do 1º de Maio como um dia de comprometimento com a luta constante por transformações sociais", finaliza Feijóo.

Entre as novidades, está a imposição de penalidades administrativas e criminais para os que não cumprirem a legislação. Quem coagir o deficiente a fazer doação de dinheiro, por exemplo, poderá ser preso por até cinco anos.

O administrador público que infringir normas de proteção ao portador de deficiência estará sujeito a afastamento e suspensão de repasses de verbas.

Alívio

O projeto reduz pela metade a contribuição social das empresas com esses trabalhadores e estimula a capacitação profissional das pessoas com deficiência - principal dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho.

Mais benefícios

O texto inova também no reconhecimento do albinismo e do nanismo como deficiências; no aumento para um salário mínimo do limite de renda familiar para beneficiários da assistência social; na exigência de carros adaptados em auto-escolas com mais de 20 veículos; e na reserva, para as pessoas com deficiência, de 5% das unidades nos programas habitacionais de interesse social.

Nós vamos ao Sindicato neste final de semana



Wilson Vieira da Silva, o **Batatinha** - Volks

"Tenho um enorme interesse em ver a exposição de arte, de conhecer trabalhos artísticos das trabalhadoras e trabalhadores. Vou levar a família. Esse é um dia especial para nós, um dia de confraternização, lazer e luta".



Ana Nice Martins de Carvalho - **Panex**

"Quero participar principalmente neste ano em que conseguimos levar o significado do Dia do Trabalhador para a sociedade através do ensino. Soube que está muito bom o trabalho cultural artesanal e artístico que foi enviado para o Sindicato".



Ulisses Garcia Retomero - **Eluma Utinga**

"Essa data significa muito para nós que hoje temos 30 anos e não pudemos participar de todas as lutas. Por isso vou participar das homenagens aos que alcançaram essas conquistas tão importantes. É nossa obrigação manter as lutas destes companheiros e continuar avançando".



Celso Donisete dos Santos - **TRW Diadema**

"Vou participar de todas as atividades do 1º de Maio. Esse é um dia de reflexão sobre as nossas lutas e sobre o papel do Sindicato na sociedade. Também quero ver o resultado final do concurso de redação e desenho".



Aroaldo Oliveira da Silva - **Mercedes-Benz**

"Vou comemorar o 1º de Maio como um dia de luta e uma festa de confraternização entre os trabalhadores. Quero lembrar as lutas que tivemos e festejar nossas conquistas porque é bom dividir as conquistas com os companheiros".



Jorge Benedito dos Santos - **Scania**

"Formidável a idéia de levar o debate do 1º de Maio às escolas. Estarei amanhã no Sindicato para prestigiar o evento, pois é nessa data que a gente reafirma o compromisso com a luta".

Estatuto PPD Aprovação pode ser neste ano

O Congresso Nacional poderá aprovar ainda neste ano o Estatuto do Portador de Deficiência. O projeto começou a tramitar no último dia 29 de março na Câmara Federal.

Em 135 artigos, o projeto consolida a legislação sobre o tema e acrescenta dispositivos que asseguram os direitos nas áreas de educação, esportes, entidades de atendimento, orçamento, saúde, cultura, acessibilidade, justiça, turismo e lazer, trabalho e capacitação.

Agora, os parlamentares devem apresentar sugestões e começar os debates.

Penalidade

Entre as novidades, está a imposição de penalidades administrativas e criminais para os que não cumprirem a legislação. Quem coagir o deficiente a fazer doação de dinheiro, por exemplo, poderá ser preso por até cinco anos.

O administrador público que infringir normas de proteção ao portador de deficiência estará sujeito a afastamento e suspensão de repasses de verbas.

Alívio

O projeto reduz pela metade a contribuição social das empresas com esses trabalhadores e estimula a capacitação profissional das pessoas com deficiência - principal dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho.

Mais benefícios

O texto inova também no reconhecimento do albinismo e do nanismo como deficiências; no aumento para um salário mínimo do limite de renda familiar para beneficiários da assistência social; na exigência de carros adaptados em auto-escolas com mais de 20 veículos; e na reserva, para as pessoas com deficiência, de 5% das unidades nos programas habitacionais de interesse social.